

**A HISTORIA DA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NO ENSINO
SUPERIOR BRASILEIRO:
programa nacional de
assistência estudantil e o
aumento das classes "D" e "E"
nas universidades federais**

**HISTORY OF STUDENT ASSISTANCE IN
BRAZILIAN HIGHER EDUCATION:** national
student assistance program and increasing
classes "D" and "E" in federal university

**LA HISTORIA DE LA ASISTENCIA ESTUDIANTIL
EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEÑA:**
programa nacional de asistencia estudiantil y
el aumento de las clases "D" y "E" en las
universidades federales

Paulo Fernando de Melo Martins¹

Eder Gama da Silva²

Nathanni Marrelli Matos Mauricio³

RESUMO

O presente artigo buscou demonstrar quais os meios que vem sendo empregados para a efetiva garantia desse direito aos estudantes das universidades públicas brasileiras, bem como demonstrar o aumento e permanência dos estudantes das classes "D e E" nessas instituições. Afim de que se possa realizar esse estudo sobre a progressão da assistência estudantil, que culminou no aumento e permanência dessas classes no ensino superior, cabe

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2011), possui Bacharelado e Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (1988), graduação em Pedagogia (1990) e Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ (2002). É Professor da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: paulofernando@uft.edu.br.

² Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (2012). Possui pós-graduação em Direito Público pelo Instituto Darwin de Brasília (2015). Mestrando pelo Programa de Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da UFT/ESMAT. Atualmente é ADVOGADO. E-mail: edersilva@uft.edu.br.

³ Mestra em Gestão de Políticas Públicas - GESPOL UFT, Especialista em Gestão Pública (FAEL), Graduada em Administração (UFT). Administradora da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: nathanni@uft.edu.br.

discorrer brevemente sobre o histórico da educação superior no Brasil, com o intuito de discorrer sobre sua implantação, e delimitar os momentos principais, onde mudanças foram inseridas, demonstrando desta forma, a atual situação do ensino superior público brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Estudantil; Política Pública; Programa Nacional de Assistência Estudantil.

ABSTRACT

The present article sought to demonstrate the means that have been used for the effective guarantee of this right to the students of Brazilian public universities, as well as to demonstrate the increase and permanence of students of classes "D and E" in these institutions. In order to carry out this study on the progression of student assistance, which culminated in the increase and permanence of these classes in higher education, it is necessary to briefly discuss the history of higher education in Brazil, in order to discuss its implementation, and to delimit the main moments, where changes were introduced, thus demonstrating the current situation of Brazilian public higher education.

KEYWORDS: Student Assistance; Public policy; National Student Assistance Program.

RESUMEN

El presente artículo buscó demostrar los medios que se han utilizado para garantizar efectivamente este derecho a los estudiantes de las universidades públicas brasileñas, así como para demostrar el aumento y la permanencia de los estudiantes de las clases "D y E" en estas instituciones. Para llevar a cabo este estudio sobre la progresión de la asistencia estudiantil, que culminó en el aumento y la permanencia de estas clases en la educación superior, es necesario discutir brevemente la historia de la educación superior en Brasil, para discutir su implementación y delimitar los momentos principales, donde se introdujeron cambios, lo que demuestra la situación actual de la educación superior pública brasileña.



revista
Observatório

ISSN nº 2447-4266

Vol. 5, n. 6, Outubro-Dezembro. 2019

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n6p886>

PALABRAS CLAVE: Asistencia al estudiante; Política pública; Programa Nacional de Asistencia al Estudiante.

Recebido em: 01.06.2019. Aceito em: 09.09.2019. Publicado em: 01.10.2019.

Introdução

A evolução da assistência estudantil ao longo dos anos propiciou significativa inserção das classes "D e E" nas universidades federais no Brasil. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) contribuiu com a permanência de estudantes de baixo poder aquisitivo devidamente matriculados em cursos de graduação das instituições federais de ensino superior.

O objetivo principal do programa é possibilitar a igualdade de oportunidades a todos os alunos e colaborar para a melhoria do rendimento acadêmico, por meio de métodos que buscam combater meios de repetência e evasão.

O PNAES disponibiliza assistência em eixos de auxílio, sendo estes à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Tais ações de assistência são desenvolvidas por meio da própria instituição de ensino superior, que deve acompanhar e analisar a execução do programa. Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição.

Para se demonstrar o aumento dos indivíduos de classe D e E, nas universidades, buscou-se, uma investigação bibliográfica a respeito da temática abordada, consultas em sites de universidades públicas brasileiras que oferecem serviços de assistência aos estudantes, bem como estudo realizado pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace).

Nesses termos, procurou-se estudar a evolução histórica da assistência estudantil, principalmente do PNAES, objetivando entender a forma pela qual

esse processo tem se desenvolvido no meio acadêmico superior público, sendo direito dos estudantes universitários do sistema público superior de ensino, uma vez que visa promover recursos indispensáveis aos alunos de baixa renda para que os mesmos possam desenvolver seus estudos com bom desempenho curricular, reduzindo a margem de abandono, trancamento de matrículas e evasão nos cursos de graduação.

Objetivado demonstrar os benefícios da assistência estudantil superior, que ocasionaram o aumento das classes "D e E" no meio universitário no Brasil foi realizado um apanhado pela evolução histórica da educação superior no Brasil para demonstrar os momentos de implantação das modificações em relação a assistência estudantil.

Sendo assim, foi possível evidenciar que esse é um tema importante, principalmente, para a grande maioria da dos estudantes das universidades públicas de ensino superior no Brasil.

Educação superior brasileira: do início ao modelo atual

O Início da educação superior no Brasil ocorreu de maneira lenta e tardia, levando-se em consideração outros países das Américas, que iniciaram o magistério superior já na era colonial. Portugal ao colonizar o Brasil possuía unicamente dois grandes objetivos: a fiscalização e a defesa das terras brasileiras.

Durante esse período, tudo que foi feito a cerca de educação no Brasil vieram dos jesuítas, todavia, voltadas para a catequese religiosa. Os membros da elite que aqui viviam precisavam viajar a Europa afim de conseguir obter formação universitária, e o local preferido era especialmente a cidade de Coimbra em Portugal.

Apenas no ano de 1808, com a chegada da família real ao Brasil, é que despertou o interesse em se criar escolas médicas nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro. Em fevereiro do ano de 1808 surgiu o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia e mesmo ano a cadeira de Anatomia é iniciada no Hospital Militar do Rio de Janeiro.

No ano de 1810, o Príncipe Regente firmou carta de lei, iniciando a Academia Real Militar da Corte, que mais adiante se transformou na Escola Politécnica. O Decreto que criou uma cadeira de Ciência Econômica, e o Decreto que organizou a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, depois convertida em Academia das Artes.

No início, todos os cursos eram ofertados de forma gratuita e eram custeados por meio dos recursos do “quinto da Coroa”, tributo cobrado sobre os produtos exportados do Reino e das Colônias.

Por esse contexto, o ensino superior se tornou um processo isolado e de natureza profissionalizante. Além de elitista, vez que somente buscava atender os filhos do clero colonial, impossibilitados de estudar na Europa, em decorrência do bloqueio de Napoleão. Nesse contexto, temos que em decorrência dos cursos que surgiram terem se voltado ao ensino prático (engenharia militar e medicina) - e serem disponibilizados em instituições isoladas, marcou de forma decisiva o ensino superior no Brasil e explica as inúmeras distorções que até os dias atuais estão vivas no sistema de ensino do país.

No século XIX, após a Proclamação da Independência, houve um aumento no crescimento de escolas superiores no Brasil. Na ocasião houveram iniciativas para tentar criar a primeira universidade no país, como o projeto de 1843 que objetivava criar a Universidade de Pedro II; o projeto de 1847 que visava criar a Universidade de Visconde de Goiânia, todavia, nenhuma saiu da fase de planejamento.

No ano de 1912, em decorrência dos movimentos locais, surgiu a primeira universidade brasileira, no Estado do Paraná, que permaneceu aberto apenas por três anos. Logo depois, no ano de 1920 nasce a Universidade do Rio de Janeiro, hoje UFRJ, que unificava os cursos superiores isolados que haviam na cidade.

Motivado pelo processo de industrialização e da urbanização, surge pela primeira vez em território brasileiro, uma ação planejada objetivando à organização nacional da Educação. Com o advento da era Vargas, segundo Aranha:

Os decretos de Francisco Campos imprimem uma nova orientação, voltada para maior autonomia didática e administrativa, interesse pela pesquisa, difusão da cultura, visando ainda ao benefício da comunidade (ARANHA, 1996, p.201).

Somente na década de 30 do século XX, que a Educação veio a ser vista como um direito coletivo regulamentada pelo Estado. Todavia, nas Constituições supervenientes, o referido direitos ainda não estavam resguardado integralmente. Durante as décadas de 50 a 70 foram criadas universidades federais em todo território brasileiro, além das universidades estaduais, municipais e particulares. A descentralização do ensino superior foi linha assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que vigorou a partir de 1961.

Explosão do ensino superior no Brasil, somente veio a ocorrer de fato nos anos de 1970. No decorrer desta década, o número de estudantes matriculados subiu de 300.000 para 1.500.000. A concentração de pessoas nas cidades e a necessidade de melhor mão-de-obra industrial e de serviços levaram o governo a aumentar o número de vagas, todavia não conseguindo atender a demanda, autorizou que o Conselho Federal de Educação autorizasse milhares de cursos novos.

Até o início da década de 80 as universidades cresceram e transformaram-se, adotaram o papel de pesquisadoras, aumentaram a pós-graduação, criaram laboratórios e bibliotecas, entretanto, não se libertaram das grandes amarras burocráticas do Estado criados pela Ditadura Militar. Durante tal período, os recursos passaram a ser cada vez em menor proporção e o crescimento do ensino superior foi contido.

A história da Assistência Estudantil no Brasil desponta a partir dos movimentos sociais que brigaram pelo fim do regimento militar e a promulgação da constituição de 1988. Em meio aos abusos do sistema político da época, aparecem duas grandes frentes políticas de debate sobre os assuntos de educação, principalmente sobre assuntos relativos à assistência estudantil, que foi o Fonaprace de 1988 e a Andifes. Esses dois entes lutavam pela integração regional e nacional dos órgãos de ensino superior, objetivando garantir oportunidades e igualdade aos estudantes das IFES na perspectiva do direitos sociais, além de condições básicas para permanência e conclusão do curso, colaborando e combatendo a erradicação, a retenção e a evasão escolar inerentes as dificuldades socioeconômicas dos estudantes de com baixa condição socioeconômica.

Com a promulgação da Constituição de 1988, diante da movimentação de diversos segmentos populares unidos a campanha das "Diretas Já", foi destinado no corpo constitucional texto referentes à inclusão dos direitos políticos e sociais dos cidadãos. No que diz respeito à educação, a constituição no capítulo III foi incluído os seguintes artigos:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n6p886>

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

V - valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União. ,

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

VII - garantia de padrão de qualidade.

Art. 207 - As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 214 - A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do Poder Público que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade de ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística científica e tecnológica do País.

Nos anos 90 a educação foi direcionada pelo modelo político e econômico do governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse as instituições de ensino superior e a sociedade foram atacadas no contexto educacional e assistencial vez que houve defasagem salarial, corte de verbas para manutenção, desenvolvimento de pesquisa, mudanças dos professores da universidade pública para a privada.

Destaca-se ainda os pedidos de aposentadoria em massa dos técnicos administrativos e professores, sem a devida reposição pelo setor de recursos humanos das vagas ociosas, e a contratação de professores substitutos com salários inferiores.

Nas palavras de Romano, tal modelo de política:

É fundamentada no próprio liberalismo, doutrina que pode trazer consigo atitudes libertárias e democratizantes, que se contraponham ao absolutismo, mas pode trazer também teses contrárias a democracia, baseadas na propriedade privada, mercados soberanos e liberdade somente para alguns "proprietários", em detrimento das proposições apresentadas pela sociedade organizada (ROMANO, 1999, p. 98).

Como resultado de tal modelo político neoliberal, houve o sucateamento das universidades federais, o aumento do ensino privado e das matrículas nessas instituições, além de praticamente o fim da assistência estudantil.

No mesmo período autoritário e excludente, apesar de existir mecanismos que amparam a assistência estudantil segundo a ideologia neoliberal, foi passado e aprovado a nova e atual LDB (Lei nº. 9394, de 12/96). No mesmo ano, teve início a criação de uma política de recuperação das universidades, sob três diretrizes estabelecidas pelo Banco Mundial: a implantação do sistema de avaliação institucional e do exame nacional de cursos (provão); a autonomia universitária; e o Programa de Gratificação e estímulo à Docência (GDE).

Finalizando, o contexto evolucionário da educação superior no Brasil, foi no governo Lula, que foi implantado algumas modificações na educação, as quais podemos citar, a intenção de implementar uma Reforma Universitária norteada pelas diretrizes de organismos internacionais e pelo Governo Federal, todavia, através da ação de diversos movimentos sociais organizados pelos estudantes, professores e técnicos administrativos que ainda não foi implantada em sua totalidade.

Levando-se em conta esse contexto pode-se afirmar que, a promulgação do PNAES, em 12 de Dezembro de 2007, representa um marco histórico e de fundamental importância no que tange a assistência estudantil no Brasil.

Nesse contexto, temos que essa conquista foi resultado de um trabalho coletivo, dos dirigentes, dos professores, técnicos e alunos, que resultou na

consolidação de uma batalha histórica em busca da garantia da assistência estudantil por quanto ser um direito social que busca igualdade de oportunidade para os estudantes do ensino superior público federal.

A assistência estudantil enquanto mecanismo de direito social

No corpo jurídico brasileiro a educação é idealizada como sendo um direito fundamental, inalienável e universal, bem como um mecanismos de concepção da pratica da cidadania, como uma forma emancipação social, tendo o compromisso principal o desenvolvimento integral do ser humano. todavia, no meio sócio cultural da população do Brasil, o que se verifica é que historicamente a educação, apesar de prevista nos instrumentos jurídicos, não vem sendo um direito exercido por todos os cidadãos.

Nas palavras de Gadotti:

As classes populares, no Brasil, sempre estiveram à margem do poder. Em consequência, as aspirações populares, em matéria de educação, não encontram ressonância: a educação é eminentemente elitista e antipopular (GADOTTI, 1981, p. 5).

Entretanto, mesmo sendo um sistema elitizado, segundo Backx (2006) a educação não deixa de ter "por finalidade o desenvolvimento de pessoas capazes de raciocinar e pensar por si mesmos por meio do controle dos bens culturais produzidos socialmente". No mesmo sentido e o entendimento de Alves complementa:

A Universidade tem a tarefa de formar agentes culturais mobilizadores que usem a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania. [...] Por isso há a necessidade da democratização do Ensino Superior, democratização essa voltada não apenas a ações de acesso à universidade pública gratuita, como também com mecanismos para a permanência, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto

de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (ALVES, 2002, p. 29).

A assistência estudantil, por sendo mecanismo de direito social, tem como objetivo propiciar recursos necessários para superação dos obstáculos e dos impeditivos ao bom desempenho estudantil, garantindo que os estudantes desenvolvam-se durante a graduação e tenham bom desempenho acadêmico, diminuindo, a percentagem de abandono e trancamento de matrícula.

Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

O PNAES, trata-se de uma das ações advindas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) criado e posto em prática ainda no primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, objetivando atender aos alunos matriculados em cursos de graduação presencial, das IFES, tendo como objetivo garantir apoio à permanência e conclusão dos cursos pelos estudantes enquadrados como de baixa condição socioeconômica.

O programa estabelece algumas diretrizes de atuação e fomento, dentre elas: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; e apoio pedagógico.

Em suma, as ações de assistência estudantil defendidas por meio do PNAES tem como prioridade principal garantir a igualdade de oportunidades e atuar para melhorar o desempenho de estudantes, além atuar de maneira a prevenir o aumento nas situações de repetência e evasão que decorrem da insuficiência de condições financeiras.

No que tange ao financiamento, é estabelecido que as verbas serão destinadas as IFES, que ficarão incumbidas pela implantação das ações e pela

criação dos critérios de escolha dos estudantes que serão beneficiados pelos projetos do programa.

Mudança no perfil dos estudantes das IFES: demanda por uma política de assistência estudantil

Diversos estudos apontam que a educação no Brasil foi marcada pelo elitismo e seletividade, principalmente no que se refere ao campo da educação superior (KOWALSKI, 2012; PALAVEZZINI; NOGUEIRA, 2014; PEREIRA, 2014; MACIEL; LIMA; GIMENEZ, 2016). Segundo Machado e Magaldi (2016), durante muito tempo, a educação pública no Brasil atendeu à elite e ignorou os pobres, negros e indígenas.

Porém, aos poucos, a política educacional brasileira tenta minimizar as históricas desigualdades sociais e raciais, por meio de ações que proporcionam a inserção das “minorias” no ensino superior (VASCONCELOS; GALHARDO, 2016).

A educação superior brasileira passou por forte expansão: cresceu o número de instituições, de cursos, de vagas, de ingressantes e de matrículas (RISTOFF, 2014; JACINTO; FRANCA; SACCARO, 2016; MACHADO; MAGALDI, 2016; MACIEL; LIMA; GIMENEZ, 2016; OLIVEIRA; BARBOSA, 2016; BRITO; BARBOSA, 2017; SIQUEIRA, 2017; MACIEL; PINHO; PASSOS, 2018; GIMENEZ; ASSIS, 2017).

Tais mudanças derivam da implantação de Políticas de Ações afirmativas, dentre as quais se destacam, no ensino superior público: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Lei de Cotas no 12.711 de 29 de agosto de 2012 e a democratização da forma de ingresso garantido pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) (PALAVEZZINI; NOGUEIRA, 2014; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015; SOUZA; FILIPPO; CASADO, 2015; JACINTO; FRANCA; SACCARO, 2016; MACHADO; PAN, 2016; VASCONCELOS; GALHARDO, 2016; PINHO, 2017; BRITO; BARBOSA, 2017).

O objetivo do REUNI era instituir condições para a ampliação do ingresso e permanência na educação superior federal em nível de graduação (BRASIL, 2007). Dentre suas diretrizes, destaca-se diminuir as taxas de evasão, preencher as vagas ociosas nos cursos, ampliar as vagas de ingresso, interiorizar as unidades de ensino, e expansão de políticas de inclusão e assistência estudantil. (BRASIL, 2007).

Sobre o acesso à universidade, a legislação foi modificada visando oferecer melhor ingresso aos estudantes (SANTANA et al., 2015). A Lei de Cotas determinou que todas as IFES reservassem 50% de suas vagas para estudantes de escolas públicas, observando-se ainda questões de renda e étnico-racial. Assim, segundo Jacinto, Franca e Saccaro (2016), a institucionalização do sistema de cotas permitiu que indivíduos de outras etnias e oriundos da escola pública tivessem condições de competir, com maior igualdade, para o acesso ao ensino superior. Já o SISU é um sistema de reserva de vagas, organizado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de Ensino Superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). De acordo com Ferreira (2017) essa se tornou uma opção seletiva que, inegavelmente, democratizou a possibilidade de concorrer a uma vaga do ensino superior público, colaborando inclusive para uma mobilidade espacial de estudantes jamais vista, em especial nas famílias pobres brasileiras.

O Quadro 3 elenca e sintetiza os programas no âmbito do ensino superior público no período de 2013 a 2014.

Quadro 1 – Programas do Governo Federal nas IFES (2003 a 2014).

Programa/Ano/Lei	Objetivo
Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir) – 2005.	Propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior.
Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) – 2005.	Integra, simultaneamente, duas políticas da Secretaria de Educação Superior: a internacionalização e a permanência na educação superior. Trata-se de iniciativa voltada para

	estudantes oriundos de países com os quais mantêm acordos – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura.
Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), Decreto no 6.096/2007.	Visa “dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior” (BRASIL, 2007, p. 4).
Sistema de Seleção Unificada (SISU) – Implementado a partir de 2009, mas instituído em janeiro de 2010.	O processo seletivo unificado, implementado a partir de 2009, tem por diretriz a democratização do acesso às vagas oferecidas pelas instituições públicas e gratuitas de educação superior.
Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – Decreto no 7.234, de 19 de julho de 2010.	O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para o seu sucesso acadêmico, a partir de medidas que buscam combater a repetência e evasão.
Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de ensino superior Públicas Estaduais (Pnaest) – Portaria Normativa no 25, de 28 de dezembro de 2010.	Visa apoiar financeiramente ações de assistência estudantil desenvolvidas pelas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do SISU.
Lei de Cotas – Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012.	As ações afirmativas são políticas adotadas para promover maior equidade no acesso à educação, rompendo a herança de exclusão e preconceito que se perpetua na sociedade brasileira.
Programa de Bolsa Permanência (PBP) – 2013.	É uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas.

Fonte: Maciel, Gimenez e Assis (2017).

A leitura do Quadro 1 explicita políticas públicas para o Ensino Superior, cronologicamente organizadas. Santos e Freitas (2014) evidenciam que essas estratégias representam, efetivamente, avanços significativos no caminho de dirimir desigualdades históricas e equalizar oportunidades de entrada nas universidades públicas brasileiras a grupos menos favorecidos, minimizando o fosso social (PALAVEZZINI; NOGUEIRA, 2014).

Assim, conforme Siqueira (2017), o ensino superior que era reduto de classes socioeconômicas mais favorecidas, tornou-se aos poucos mais acessível para várias camadas da sociedade, modificando o perfil do estudante

universitário brasileiro. Pesquisas demonstram que programas, tais como os apresentados no Quadro 1 alteraram o perfil socioeconômico das universidades e demandaram uma política que garantisse a manutenção e permanência de estudantes, antes excluídos (KOWALSKI, 2012; CARVALHO, 2013; MACHADO; PAN, 2014; RISTOFF, 2014; BRITO; BARBOSA, 2017).

Receber e manter nas instituições de ensino, esse novo perfil de estudantes, é um desafio (JESUS; MAYER; CAMARGO, 2016; VASCONCELOS; GALHARDO, 2016; FERREIRA, 2017), principalmente considerando os aspectos quantitativos e as defasagens qualitativas, que envolvem a educação brasileira (VASCONCELOS; GALHARDO, 2016).

Santana et al. (2015) apontam que a expansão no ensino superior possibilitou o ingresso de indivíduos que possuem deficiências, diferentes níveis de escolaridade, práticas de letramento diferenciadas e trajetórias distintas (SANTANA et al., 2015). Destaca-se que, na maioria dos casos, estudantes em vulnerabilidade socioeconômica adentram no âmbito universitário com defasagem considerável de ensino, lazer, cultura, portanto, há um atraso no ensino-aprendizagem, gerado por diversos condicionantes sócio-histórico, político-econômico e cultural (GAZOTTO, 2014; GAZOTTO; GIOMETTU, 2016).

A alteração no público discente das instituições de ensino superior no Brasil desencadeou, segundo Machado e Magaldi (2016), um processo de criação de novas políticas e sistemas de gestão para que todos os estudantes, que hoje frequentam as universidades, possam angariar os conhecimentos e as experiências necessários à vida acadêmica.

Nesse contexto, a busca pela redução das desigualdades socioeconômicas no processo de democratização das universidades não pode ser pautada apenas pela garantia do acesso gratuito à educação superior, faz-se necessária a criação de mecanismos que assegurem a permanência e a conclusão do curso (ALMEIDA,

2011; MORAES et al, 2011; SANTOS; FREITAS, 2014; SANTANA et al., 2015; JACINTO; FRANCA; SACCARO, 2016; BARBOSA et al., 2016; ESTRADA; RADAELLI, 2017; SIQUEIRA, 2017; PAULA, 2017). Na mesma perspectiva, Pereira (2014) verificou que o acesso e a permanência não podem ser concebidos isoladamente, pois estes se interconectam a todo tempo e são necessários à política de educação.

Aumento das classes "D e E" no ensino superior

Em parceria Fonaprace, a Andifes, exibiu os números de uma pesquisa realizadas para tratar sobre as características socioeconômicas básicas dos estudantes de graduação das Universidades Federais compreendendo todas regiões geográficas do país.

De acordo com as entidades, no universo educacional brasileiro, com cerca de 1 milhão de estudantes, 130 mil estudante de 62 universidades federais participaram de forma espontânea da pesquisa, e foram desenvolvidas 146 tabelas contendo informações que demonstram uma alteração significativa, no que tange à crescente utilização do Enem como forma de ingresso a partir do ano de 2009, sobre à adesão das instituições federais ao sistema SISU, sobre à vigência da Lei das Cotas, a partir do ano de 2013, e ainda a cerca da criação dos novos campi implantados pelo REUNI com a política de interiorização das universidades federais.

De acordo com os dados contidos na pesquisa, cerca de 2/3 do quadro de estudantes, ou seja, 66,19% são oriundo de famílias com renda média de 1,5 salário mínimo, o que corresponde a uma modificação radical no perfil estudantil.

Outro fator importante, é o fato que, se consideradas apenas as regiões Norte e Nordeste do país, a porcentagem de estudantes com perfil que se

enquadra no PNAES atinge margem de cerca de 76,09% e 76,66, respectivamente. Ao passo que na ocasião da primeira pesquisa, o quantitativo de estudantes com renda compatível ao programa era de 44%, ou seja, houve um aumento de 50% de estudantes com perfil do PNAES.

Outro elemento importante pesquisado, diz respeito a renda per capita das famílias dos estudantes por região do País. Na região Nordeste, eles possuem renda de R\$ 710,00 reais em média. Na região Norte por sua vez, eles possuem renda de R\$ 716,00 reais. Na região Sul a média é de R\$ 1.032,00 reais, ao passo que na região Sudeste é de R\$ 1.050,00 reais, e por fim na região Centro-Oeste, R\$ 1.132,00 reais.

Outro fator importante de se relatar diz respeito ao fato que no ano 2014, quando mesmo estudo foi realizado, os alunos das universidades federais possuíam em média, uma renda inferior ao teto do programa. Destes, verificou-se que os estudantes com maior dependência financeira eram de curso na área de Ciências Biológicas, ao passo que os estudantes de cursos nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Engenharias possuíam maiores rendas.

Outro fator pesquisado, diz respeito a cor e raça, foi evidenciado o impacto que a utilização de ações afirmativas, através da reserva de vagas, ocasionou dentro das universidades federais. O destaque principal foi para percentual de 47,57% de estudantes autodeclarados pretos e pardos, o que demonstra que a Lei de Cotas criada no ano de 2012 cumpriu adequadamente seu objetivo.

Levando em conta os dados do MEC, no ano de 1997 a porcentagem de alunos negros, entre 18 e 24 anos, que estudavam ou já haviam concluído o ensino superior correspondia apenas a 1,8% e de pardos, 2,2%. O baixo índice indicava que algo precisava ser feito.

No anos de 2003 a 2014, os estudantes brancos eram em torno de 278 mil nas Universidades federais, nos dias atuais esse número passou para 429 mil,

no que tange aos estudantes autodeclarados pardos estes eram de 132 mil e, nos dias atuais esse número passou para 354 mil. Já os estudantes negros que eram 27 mil, nos dias atuais chegam a 92 mil, o que demonstra que o quantitativo de estudantes negros nas universidades brasileiras triplicou nos últimos anos.

Logo, verifica-se que as políticas afirmativas realizadas por meio dos programas de assistência social, contribuíram para o aumento de estudantes pertencentes as classes "D e E" nas universidade Federais.

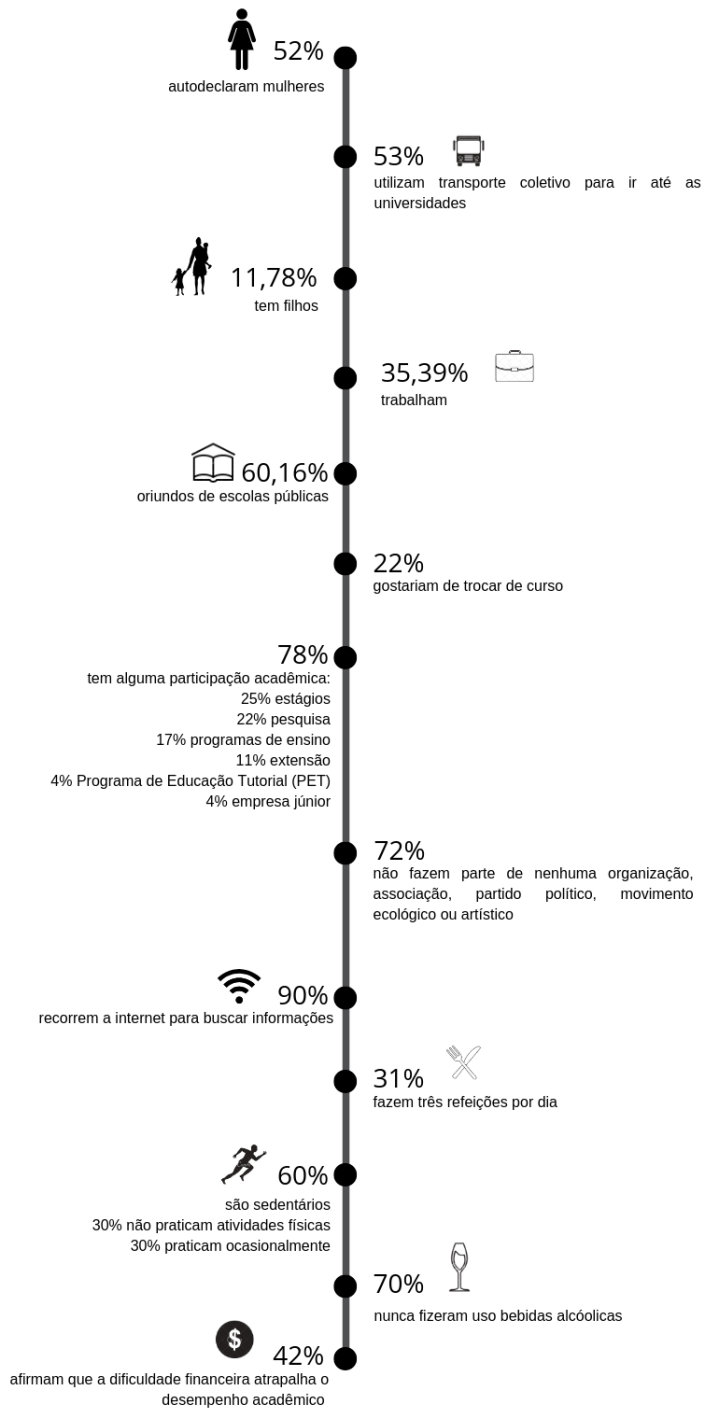
Figura 1 – Perfil dos estudantes nas Universidades Federais

revista Observatório

ISSN nº 2447-4266

Vol. 5, n. 6, Outubro-Dezembro. 2019

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n6p886>



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a presidente da Andifes, a professora Ângela Paiva Cruz, esta pesquisa vai na contramão aos argumentos de que as instituições federais de ensino superior são redutos da elite social brasileira. A professora afirma que “É o fim do mito. As universidades brasileiras hoje demonstram melhor a composição social do país. O rosto da universidade reflete cada vez mais a cara da população. Uma universidade cotendo maior parte dos alunos do sexo feminino e presença maciça da população negra”.

Ainda de acordo com a presidente da Andifes, é necessário o reforço das políticas para prosseguir com a democratização do acesso e, principalmente, garantias assistenciais aos estudantes. A dirigente destaca ainda, que esses resultados de inclusão foram logrados sem que houvesse perda na qualidade, citando a evolução do quadro de docentes nas IFES, com percentual de docentes doutores nas universidades com expressivo aumento nos últimos anos, o que ocasionou na ampliação da pós-graduação.

Considerações finais

A pesquisa realizada evidenciou que a educação brasileira no início de sua implantação foi direcionada para as classes dominantes, principalmente, ao longo dos séculos XIX e XX, nesse interregno teve dominada pela lógica neoliberal, que propõe uma educação direcionada ao material, que tinha como premissa a formação de recursos humanos para o atender o mercado consumidor, transformando a educação em uma mercadoria consumível.

Todavia, com o advento da Constituição Federal de 1988 e, a criação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei. 9.394/96) e do Plano Nacional de Educação, verificou-se um avanço no sentido de entender a educação na forma de um direito social, consolidando assim o compromisso legal.

Entretanto, no decorrer do seu processo de evolução sucumbiu à diversas ordens externas como intenções políticas, condições econômicas e sociais que o Brasil se submeteu em decorrência de ação e devaneios das ações políticas e governamentais, que tinha como característica a negação de efetivar os direitos fundamentais dentre eles o da educação.

Neste prisma surgiu a necessidade da democratização do Ensino Superior. Democratização essa direcionada não apenas para as ações de acesso à universidade pública, assim como também aos meios para garantia de permanência, diminuindo os efeitos das desigualdades demonstradas por meio de um grupo de estudantes, originários de segmentos sociais cada vez mais pobres e que apresentam problemas concretos que os impediam de progredirem na sua vida acadêmica com sucesso.

Logo, a implantação do PNAES apresentou-se como um marco histórico na área da assistência estudantil, uma vez que lutou-se por longos anos para que esse projeto tivesse uma atenção especial, por saber-se, que estudantes de baixa condição socioeconômica, acabam largando seus cursos pela insuficiência de recursos para sua manutenção, levados a submeter-se a subempregos de baixa retribuição como meio de sobrevivência, deixando de lado, em alguns casos, em definitivo, a possibilidade de qualificação profissional.

Pode-se afirmar que ao longo da história da educação, essa forma de iniciativa e incentivo governamental foi buscado por todos os profissionais que lidam na área da educação, em particular, os profissionais que atuam diretamente com a assistência estudantil nas Universidade Federais brasileiras.

Logo, verifica-se que as políticas afirmativas realizadas por meio dos programas de assistência social, contribuíram para o aumento de estudantes pertencentes as classes "D e E" nas universidade Federais.

Verifica-se dessa maneira, que todos os esforços estão sendo buscados afim de que o processo de melhoria ocorra de forma eficiente e graduada, e que a procura pelos resultados seja o objetivo principal, para que assim o Programa Nacional de Assistência Estudantil se firme como uma política pública efetivamente.

Referências

ALMEIDA, M. L. Universidade e desigualdade social: a difícil superação da falsa disjuntiva entre teoria e prática. **espacio abierto**, v. 20, n. 2, 2011.

ARANHA, Maria Lucia de A. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BACKX, S. O Serviço Social na Educação. In: REZENDE, I; CAVALCANTI, L. F. (Org.). **Serviço Social e Políticas Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2006.

BARBOSA, R.M. S. et al. Comparação da qualidade nutricional das refeições antes e depois do Plano Nacional de Assistência Estudantil no RJ, Brasil. **Nutrición clínica y dietética hospitalaria**, v. 36, n. 2, p. 74-82, 2016.

BRASIL. Decreto no 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. 2007.

BRITO, L. da S.; BARBOSA, A. Programa de Auxílio Moradia em uma Unidade Acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos (as) discentes beneficiados. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. 125-145, 2017.

CARVALHO, S. C.da S. **Avaliação da eficácia da Política Pública de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Lavras**. 2013.

CLASSES E E SÃO MAIORIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>> Acesso em: 03/11/ 2017.

ESTRADA, A. A; RADAELLI, A. A política de assistência estudantil em uma universidade pública: a perspectiva estudantil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, n. 16, 2017.

FERREIRA, S. A. S. Estratégias de diálogo com o estranhamento no começo da vida universitária: políticas de acolhimento e permanência na Universidade Federal do Sul da Bahia. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 2, p. 291-307, 2017.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>> Acesso em: 03/11/ 2017.

GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação e educação Brasileira Contemporânea. IN Educação e Sociedade. **CEDES**, nº8. São Paulo: Cortez, 1981.

GAZOTTO, M. A. **Políticas públicas educacionais**: uma análise sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFTM. 2014.

GAZOTTO, M. A.; GIOMETTI, A. B. dos R. Assistência estudantil no cenário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFTM. **GeoGraphos: Revista Digital para Estudantes de Geografia y Ciencias Sociales**, v. 7, n. 87, p. 11, 2016.

JACINTO, P. de A.; FRANCA, M. T. A.; SACCARO, A. Retenção e evasão no ensino superior brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do PNAES. 44º **Encontro Nacional de Economia-Anpec**, 2016, Brasil, 2016.

JESUS, L. N.; MAYER, A. L. M.; CAMARGO, P. L. T.. **Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da une aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE** (PNAES: da UNE a FONAPRACE). *Acta Scientiarum. Education*, v. 38, n. 3, 2016.

KOWALSKI, A. V. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**, 2012, .179 fl. Tese (doutorado em Serviço Social). Porto Alegre: PUCRS, 2012.

MACHADO, C. S.; MAGALDI, C. A. Sistema de cotas, trajetórias educacionais e assistência estudantil: por uma educação inclusiva. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 273-285, 2016.

MACHADO, J. P.; PAN, M. A. G. de S. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 4, 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n6p886>

MACHADO, J. P.; PAN, M. A. G. de S. Política pública e subjetividade: a assistência estudantil na universidade. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 13, n. 1, 2014.

MACIEL, C. E.; GIMENEZ, F. V.; ASSIS, J. H. do V. P. A bolsa permanência nas políticas de educação superior: assistência estudantil na UFMS. **Perspectiva**, v. 35, n. 3, p. 911-936, 2017.

MACIEL, C. E.; LIMA, E. G. dos S.; GIMENEZ, F. V. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 32, n. 3, p. 759-781, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde>>. Acesso em: 13/11/ 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 13/11/ 2017.

MORAES, C. A. de S. et al. O estudante do ensino superior; identificando categorias de análise. **Vertices**, v. 13, n. 3, p. 205-218, 2011.

OLIVEIRA, G. E.; OLIVEIRA, M. R. N. S.. A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 3, p. 198-215, 2015.

OLIVEIRA, R.T. D.; BARBOSA, E. D. **Retenção dos discentes de administração da UFS: fatores condicionantes e ações da gestão acadêmica**. *Administração: Ensino e Pesquisa*, v. 17, n. 2, p. 355, 2016.

PALAVEZZINI, J.; NOGUEIRA, F. M. M. G. Os programas de assistência estudantil do ensino superior no Brasil: a experiência da UTFPR-Dois Vizinhos. **Serviço Social em Revista**, v. 17, n. 1, p. 05-26, 2014.

PAULA, M. F. C. Democratization policies of the Brazilian higher education: limits and challenges for the next decade. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017.

PEREIRA, L. R. **O acesso e permanência do aluno prounista na universidade privado-filantrópica brasileira**. 2014. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

PINHO, M. J. DE; PASSOS, V. M. DE A. Complexidade, ecoformação e transdisciplinaridade: por uma formação docente sem fronteiras teóricas. **Revista Observatório**, v. 4, n. 2, p. 433-457, 1 abr. 2018.

PINHO, M. J. DE. Universidade e crise institucional: perspectivas de uma formação humana. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 274-315, 1 out. 2017.

RISTOFF, D.. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 19, n. 3, 2014.

ROMANO, Roberto. **A universidade e o neoliberalismo**. In: Caminhos, Belo Horizonte: APUBH, nº. 18, 1999.

SANTANA, A. P. de O. et al. Acessibilidade e permanência: um estudo do programa institucional de apoio aos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 5, p. 673-690, 2015.

SANTOS, G.; FREITAS, L. O. Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão. **Argumentum**, v. 6, n. 2, 2014.

SOUZA, C. D. de; FILIPPO, D. de; CASADO, E. S.. Impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) na atividade investigativa: crescimento, qualidade e internacionalização. **Em Questão**, v. 21, n. 3, 2015.

VASCONCELO, Natalia. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**: Uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. 2010. Disponível em: <<http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

VASCONCELOS, M. S.; GALHARDO, E. O programa de inclusão na UNESP: valores, contradições e ações afirmativas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 25, p. 285-306, 2016.